



**República de Angola**  
**MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS**

**8.º CONSELHO CONSULTIVO**

**CIDADE DE SAURIMO, 11 E 12 DE SETEMBRO 2018**

**COMUNICADO FINAL**

No âmbito das atribuições dos Departamentos Ministeriais e tendo em linha de conta as directrizes e os objectivos globais definidos pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, teve lugar na Cidade do Saurimo, Província da Lunda-Sul, nos dias 11 e 12 de Setembro de 2018, o 8.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, sob o lema “**Nosso Desafio é Melhorar os Serviços de Fornecimento de Energia e Águas**”.

O principal objectivo do evento foi o de consensualmente se identificarem os caminhos viáveis e gradualmente se encontrarem soluções inteligentes para se mitigarem as insuficiências ainda existentes no sector, bem como efectuar o balanço do cumprimento das recomendações saídas do Conselho Consultivo passado. Deste modo, permitir uma maior e melhor percepção da incidência das mesmas na satisfação das necessidades da população, tanto no meio urbano, como nas zonas rurais.

A cerimónia de abertura do 8º Conselho Consultivo foi presidida por Sua Excia. Sr. Secretário de Estado das Águas, Eng.º Luís Filipe da Silva, ladeado pelo Exmo. Vice-Governador para os Serviços Técnicos e Infra- Estruturas da Província da Lunda-Sul, Eng.º Evanerson Leandro Varo Kaputu, pelo Exmo. Secretário de Estado da Energia, Eng.º António Fernandes Rodrigues Belsa da Costa, e o Exmo. Administrador Municipal Eng.º Daniel Félix Neto. Para além das entidades acima referidas, a Abertura e o Encerramento do Conselho Consultivo contaram com a presença da Exma. Sra. Vice-Governadora para a Área Económica, Política e Social da Província da Lunda-Sul, bem como de Deputados da Assembleia Nacional.

Por imperativo de agenda, Sua Excelência Ministro da Energia e Águas, Eng.º João Baptista Borges, orientou os trabalhos no segundo dia, tendo apelado às empresas para uma melhor e mais adequada postura quanto a redução de custos, aumento de receitas, adopção de novas práticas e modelo de gestão, assim como maior dinamismo, motivação e valorização dos quadros.

Participaram na reunião, representantes dos Departamentos Ministeriais e Instituições, tais como: Agricultura e Florestas, Pescas e Mar, Ambiente, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Universidade Agostinho Neto, empresas parceiras do Sector e quadros do Ministério da Energia e Águas perfazendo um total de duzentos e vinte e três (223) participantes, conforme lista de presenças.

A Sessão teve início com o discurso do Exmo. Vice-Governador para os Serviços Técnicos e Infra- Estruturas da Província da Lunda-Sul, em representação do Exmo. Governador da Província, o Dr. Ernesto Fernando Kiteculo, que proferiu palavras de boas vindas, desejando aos distintos membros do Conselho uma óptima estadia, fazendo votos que o evento em questão servisse para cimentar o reforço das relações institucionais que o Governo desta Província pretende estabelecer com o MINEA, visto que a Energia e Águas são factores para o desenvolvimento das actividades económicas e de melhoria das condições de vida das populações.

Por último, o Sr. Vice-Governador desejou que, o Conselho Consultivo se tornasse um momento chave para a criação de uma base sustentável, e que os aspectos técnicos colocados à discussão conduzissem a necessária mudança da situação, de forma a melhorar e contribuir para promoção do desenvolvimento industrial, socio-económico de todo território nacional.

Ao iniciar a sua intervenção, Sua Excelência Secretário de Estado das Águas, Eng.º Luís Filipe da Silva, em representação do Exmo. Ministro da Energia e Águas, o Eng.º João Baptista Borges, agradeceu ao Governo da Província da Lunda-Sul pela recepção, tendo enfatizado que o objectivo deste encontro é de efectuar o balanço do cumprimento do Conselho Consultivo passado, colher e trocar experiências, visando ter uma melhor percepção das realidades locais em particular e do País, em geral.

Também apelou aos Governos Provinciais para a necessidade de se trabalhar mais para a manutenção do que já foi alcançado, incluindo a colaboração da população na denúncia dos autores de actos de vandalismo nas infra-estruturas de energia e águas.

Por outro lado, observou que apesar dos programas em desenvolvimento no sector da energia e das águas, os progressos verificados ainda são insuficientes e que a solução para estes constrangimentos passa por uma cooperação dinâmica entre os diferentes sectores, envolvendo capital privado, visto que o aumento das necessidades é inevitável e as respostas nem sempre podem ser imediatas. Daí ter sido escolhido como lema deste evento: **"O nosso desafio é melhorar os serviços de fornecimento de energia e águas"**.

No decorrer do 8º Conselho Consultivo foi feito no 1.º painel, um balanço do grau de execução das Conclusões e Recomendações do 7º Conselho Consultivo, pelo Gabinete de Inspeção do MINEA. Os participantes consideraram satisfatório o grau de execução das conclusões e recomendações do 7º Conselho Consultivo tendo obtido os seguintes dados:

- 44% cumpridas;
- 43% em curso;
- 13% não cumpridas.

A escassez de recursos financeiros limitou a materialização de algumas actividades planeadas, como por exemplo a conclusão das obras da central de Laúca e linhas associadas. Todavia o rigor e o sentido de responsabilidade no cumprimento dos projectos que se encontram em fase de execução é um aspecto a se ter em conta, para se atingirem as metas preconizadas no Plano de Acção do Sector 2018-2022, em prol do desenvolvimento e industrialização do País, para as melhorias das condições de vida das populações.

De seguida deu-se início a discussão dos seguintes painéis: 2.º Balanço dos Órgãos Provinciais, 3.º Balanço dos Órgãos Centrais e Dependentes e 4.º Balanço das Empresas Públicas e Comissões de Gestão.

### **No domínio das Águas**

- No âmbito do acesso aos serviços públicos essenciais, indispensáveis à garantia da cidadania e dignidade das populações, foi feito o inventário das necessidades de fornecimento de água, nas sedes provinciais, municipais, comunais e localidades recônditas;
- Quanto ao Programa Água para Todos, chegou-se a conclusão de que estão a ser empreendidos esforços no sentido da normalização da sua sustentabilidade, estando a decorrer nalgumas zonas do País, não obstante os constrangimentos financeiros, augurando o seu desenvolvimento com a regularização da alocação dos recursos financeiros;
- Foi observado, que o problema da seca é cada vez mais notório em várias regiões do País, pelo que a necessidade de se equacionar soluções para contrapor este fenómeno, passa pelo uso racional das águas subterrâneas para o abastecimento das regiões afectadas;

- Constatou-se que as empresas de águas a nível do País, numa primeira fase, delinearam um programa de cadastramento e identificação de potenciais clientes, potenciação da área comercial e afins, augurando uma cobrança eficaz e conseqüentemente o aumento das receitas;
- Concluiu-se haver avanços significativos no sector das águas no que toca a reabilitação, expansão e implementação de novos sistemas de água, assim como a criação de pontos de monitorização do controlo de qualidade de água;

### **No domínio da Energia**

- O Conselho Consultivo constatou a necessidade de se melhorar a comunicação e interacção entre os intervenientes nos projectos de investimentos e das infraestruturas a nível do sector, de forma a garantir a acção coordenada;
- O Conselho foi informado que o projecto Aldeia Solar está na terceira fase, sendo necessário prevenir e assegurar a manutenção destes sistemas, assim como dos equipamentos instalados no âmbito dos projectos aldeias solares I e II;
- Os membros foram igualmente informados que há necessidade da melhoria da nossa classificação no panorama internacional como País com um nível adequado a atracção de investimento estrangeiro (PRODESI);
- Durante o encontro foram apresentados vários projectos em curso, visando o aumento da capacidade da geração, transmissão e distribuição de energia eléctrica; nomeadamente a conclusão da segunda fase de Laúca com adicionais 1002 MW, o Ciclo Combinado do Soyo – as restantes três turbinas com 375 MW, Central Térmica Cuebe/Menongue com 54 MW e as linhas associadas a Laúca devendo chegar ao Huambo, entre outros;
- O Conselho tomou conhecimento do futuro desenvolvimento das linhas de transporte do sistema Leste, com a interligação à rede nacional de transporte, bem como a sua ligação ao sistema internacional dos países vizinhos; e
- Os membros constataram que a tarifa praticada actualmente não cobre os custos efectivos, o que obriga a que haja uma subsidiação do Estado. Considerando que os imperativos orçamentais limitam o fluxo normal de subsídios, torna-se imprescindível o reajustamento da tarifa por um lado, e redução das perdas técnicas e comerciais para o conseqüente aumento das receitas.

## Aspectos Gerais

O Conselho Consultivo constatou o seguinte:

- Debilidades na manutenção dos sistemas já em funcionamento, decorrentes da falta de peças de reposição em tempo útil, situação que se tem agravado por falta de recursos financeiros nas empresas;
- Necessidade de se melhorar a articulação entre os Gabinetes de Infra-estruturas e Serviços Técnicos, empresas públicas e os Órgãos do MINEA, com vista a adopção de políticas consentâneas em prol do desenvolvimento sustentável do sector;
- Apesar do aumento da produção, os níveis de cobertura dos serviços de água e de electricidade ainda não alcançaram o esperado;
- Dificuldade de pagamento às empresas de fiscalização;
- Existe um acentuado défice de quadros qualificados para operação e gestão dos sistemas, principalmente para os sistemas isolados, o que pressupõe uma maior aposta na formação profissional;

## RECOMENDAÇÕES

Das várias recomendações destacamos as seguintes:

1. Aumentar a troca de experiências entre as empresas do sector das águas, almejando uma maior interacção para a adopção de uma gestão padronizada;
2. Intensificar boas práticas de gestão e exploração dos sistemas de energia e águas;
3. Troca de sinergias entre as empresas do sector da energia e águas;
4. Reforçar as acções de articulação entre o Sector e as autoridades de Defesa e Segurança, bem como a sensibilização da população para denúncia de autores de actos de vandalismo nas infra-estruturas de energia e águas;
5. Proceder à regulamentação sobre a comparticipação das empresas do sector no processo de adequação do Centro de Formação de Quadros de Electricidade Cdte. Hoji-Ya-Henda, com o objectivo de se promover a formação;

6. Que a DNA nos próximos contratos de empreitada considere na componente financeira verbas para permitir o acompanhamento e fiscalização dos projectos;

Saurimo, aos 12 de Setembro de 2018.

Os Participantes no 8º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas